

PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO: CONTRIBUIÇÃO PARA SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA

Silvia María, Schor

FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE)

Recibido: 15 de marzo de 2022

Aceptado: 07 de junio de 2022

RESUMO

O texto que se segue analisa os programas de geração de renda e emprego como condições indispensáveis e complementares à política de provisão de moradia para as pessoas que vivem em situação de rua. Parte-se do pressuposto que a criação de condições para saída das ruas é o objetivo primeiro das políticas públicas e que a geração de renda monetária possibilita a manutenção da moradia e da autonomia que ela representa. A diversidade de condições que permitem exercer trabalho remunerado exige que os programas de renda e emprego sejam modelados levando em conta as diferenças entre os diversos subgrupos que integram a população em situação de rua.

Palavras chaves: população de pessoas vivendo em situação de rua - saída das ruas - programas de geração de emprego e renda - políticas públicas de acesso à moradia - autonomia

PROGRAMAS DE GENERACIÓN DE INGRESOS Y EMPLEO: CONTRIBUCIÓN PARA SALIDA DE LA SITUACIÓN DE CALLE

RESUMEN

El texto analiza los programas de generación de ingresos y empleo como condiciones indispensables y complementarias a la política de provisión de viviendas para las personas que viven en la calle. La suposición es que la creación de condiciones para salida de las calles es el objetivo principal de las políticas públicas y que la generación de ingresos monetarios posibilita la manutención de la vivienda y de la autonomía que ella representa. La diversidad de condiciones que permiten ejercer trabajo remunerado requiere que los programas de ingresos y empleo se modelan teniendo en cuenta las diferencias entre los diversos subgrupos que integran la población en situación de calle.

Palabras claves: población de personas viviendo en la calle - salida de las calles - programas de generación de empleo e ingreso - políticas públicas de acceso a la vivienda - autonomía

INCOME AND EMPLOYMENT CREATION PROGRAMS: A CONTRIBUTION FOR LEAVING THE HOMELESS CONDITION

Abstract

The text that follows analyses the income and employment creation programs as indispensable and complementary conditions to the policy of provision of housing for homeless people. It is assumed that the creation of conditions for leaving the streets is the primary objective of public policies and that the creation of monetary income makes it possible to maintain the housing and the autonomy that it represents. The diversity of conditions that allow us to have a paid job requires that income and employment programs be modelled considering the differences between the various subgroups that make up the homeless people.

Key words: homeless - leaving the streets - employment and income creation programs - public policies of housing - autonomy

INTRODUÇÃO

O texto que se segue aborda os programas de geração de renda e emprego como políticas públicas para redução do número de pessoas em situação de rua. Vale dizer, procura examinar o alcance dessas intervenções na criação de condições para a saída das ruas. As discussões, análise e propostas sobre as políticas públicas para a população em situação de rua no Brasil, notadamente em São Paulo, vêm privilegiando os programas de acesso à moradia, deixando em segundo plano um conjunto importante de outras intervenções. A institucionalização de movimentos sociais representativos das pessoas em situação de rua permitiu que essa população passasse a ter voz e, em muitas instâncias públicas decisórias, voto. A demanda vocalizada pelos movimentos é, prioritariamente, o acesso à moradia, encampada por organizações sociais, pesquisadores e reconhecida como fundamental pelo poder público.

As observações que se seguem procuram enfatizar a necessidade de programas de geração de renda e emprego para compor o conjunto de políticas que podem permitir a saída das ruas. Aponta para a natureza complementar das políticas de acesso à moradia e programas de emprego e renda, destacando as condições de sustentabilidade e autonomia indispensáveis à manutenção de uma moradia autônoma.

A análise realizada reúne um conjunto de resultados sobre as condições do trabalho para geração de renda monetária que a população em situação de rua vem desempenhando na cidade de São Paulo, acompanhados de algumas premissas que possibilitam examinar o problema. Não têm a pretensão de propor, de forma fundamentada, políticas específicas de geração de renda e emprego, nem apresentam evidências empíricas que dem inteiro suporte a algumas das afirmações. A intenção é analisar e chamar atenção para a necessidade de programas de trabalho e renda, como condição associada e indispensável ao acesso à moradia pelas pessoas em situação de rua.

Os argumentos aqui apresentados apoiam-se fortemente nos recenseamentos e pesquisas sobre o perfil da população em situação de rua realizados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo (SMADS), a partir de 2000. A metodologia dos consecutivos levantamentos realizados foi mantida constante, o que permite a comparabilidade dos resultados encontrados nos diversos anos, embora a análise tenha selecionado os dados mais recentes.

PREMISSAS PARA ANÁLISE

O ponto de partida para análise é a afirmação de que a saída das ruas pode ser entendida como a reinserção das pessoas em espaços institucionais que permitam reproduzir suas condições de sobrevivência biológica e social mediante, principalmente, trabalho pago. A satisfação das necessidades básicas de sobrevivência –alimentação, moradia, roupas, água e muitas outras– é obtida mediante trabalho, cuja contrapartida é a obtenção de renda, possibilitando que essas necessidades sejam atendidas nos mercados mediados por trocas monetárias. Assim, a saída das ruas é entendida como a recuperação da autonomia individual mediante a obtenção de renda monetária gerada pelo próprio trabalho, ou seja, deixar de ser pessoa em situação de rua é recuperar a autonomia que o trabalho pago possibilita. A afirmação, certamente, merece ser desenvolvida, mas a expectativa é que possa ser aceita como uma das referências fundamentais para a formulação das políticas públicas cujo objetivo é criar condições para a saída das ruas. A proposta, ademais, já está presente na literatura sobre o tema (Bretherton y Pleace, 2019; Lussi et ali., 2017).

A reprodução da sobrevivência das pessoas em situação de rua não foge à regra da sua dependência ao trabalho. A satisfação das necessidades para reprodução biológica e social mobiliza trabalho contínuo: mendicância, catação de materiais recicláveis e lixo, realização de trabalhos temporários e informais, demanda e acesso a bens disponibilizados pela rede de assistência social pública ou religiosa, roubos, atividades ilícitas, busca de locais para pernoite, para realização de higiene pessoal, e outros mais. Como sempre, o trabalho realizado estabelece interações sociais e padrões de sociabilidade próprios e, para as pessoas em situação de rua, a renda monetária obtida é, via de regra, extremamente baixa, com alta variabilidade e frequentes interrupções. A autonomia que permite a saída das ruas, é difícil de ser conseguida sob essas condições.

Os programas de emprego e geração de renda tem como objetivo criar condições para que as pessoas em situação de rua passem a realizar atividades de trabalho que se aproximem das condições estabelecida pelos padrões de reprodução do sistema. Para tanto, é necessário avançar no conhecimento do tema, pois apesar de um conjunto não desprezível de informações estar disponível (SMADS, 2015-a, 2015-b, 2019, 2021; Schor et ali., 2020), a literatura sobre a questão é relativamente escassa. Isso porque, a investigação das condições de vida das pessoas em situação de rua não prioriza o esforço que desenvolvem para obter renda monetária, predominando as

questões de saúde, drogadição e moradia. Ainda sabemos pouco a respeito do trabalho que exercem.

As afirmações feitas não podem deixar de levar em conta a sempre apontada questão da diversidade da população e as respostas diferenciadas a programas de geração de renda que essa diversidade pode ocasionar. Ou seja, ao se formular os programas deve-se procurar identificar subgrupos da população, e modelar diferentes condições de resposta aos incentivos propostos. O alcance de política públicas de emprego e renda deverá levar em conta, necessariamente, a diversidade dos subgrupos que integram a população em situação de rua.

A DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo vem crescendo de forma continuada nas últimas duas décadas:

Tabela N° 1. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2000 a 2021)

Ano	Rua	Abrigo	Total
2.000	5.013	3.693	8.706
2.009	6.587	7.079	13.666
2.011	6.765	7.713	14.478
2.015	7.335	8.011	15.346
2.019	12.651	11.029	23.680
2.021	19.209	11.687	30.896

Fonte: SMADS.

Recenseadas em abrigos de acolhimento temporários da rede conveniada com a Prefeitura ou nos espaços públicos da cidade, o crescimento da população a tornou mais visível à sociedade civil, que mantém a percepção de que esse grupo social é homogêneo. O uso de drogas, problemas de saúde mental e mendicância são alguns dos atributos recorrentemente associados à população. Sem deixar de reconhecer problemas de drogadição, saúde mental e dificuldades para geração de renda na população, a caracterização apenas pelos atributos mencionados é insatisfatória. É possível, certamente, identificar características predominantes, como cor, sexo, faixa etária, cidades de origem e outras mais e, ao mesmo tempo, reconhecer que a

população se diferencia pela ocorrência de problemas de saúde, experiências anteriores e atuais de trabalho e, de extrema relevância, pelo tempo em que se encontram em situação de rua.

Os dados obtidos pelos censos realizados na cidade de São Paulo mostram que a população em situação de rua é composta predominantemente por homens, negros, com idade mediana de 41 anos. As Tabelas 2, 3 e 4 mostram os resultados em 2015, 2019 e 2021, constituindo o que poderia ser identificado como um padrão de distribuição semelhante ao longo dos anos:

**Tabela N° 2. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2015, 2019 e 2021).
Sexo, identificado pelos recenseadores**

Sexo	2015		2019		2021	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Masculino	13433	87.5	20235	85.5	24918	80.7
Feminino	1884	12.3	3445	14.6	5977	19.3
Não respondeu	29	0.2	0	0.0	0	0.0
Total	15346	100.0	23680	100.0	30896	100.0

Fonte: SMADS.

**Tabela N° 3. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2015, 2019 e 2021).
Cor, identificado pelos recenseadores**

Cor	2015		2019		2021	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branca	4384	28.6	6169	26.1	7582	24.5
Negra (Preta e Parda)	10215	66.6	16232	68.5	22136	71.6
Amarela	170	1.1	249	1.1	352	1.1
Indígena	427	2.8	556	2.4	428	1.4
Não respondeu	150	1.0	476	2.0	397	1.3
Total	15346	100.0	23680	100.0	30896	100.0

Fonte: SMADS.

Tabela N°4. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2015, 2019 e 2021). Cor, declarada pelos entrevistados

Idade	2015	2019	2021
1º quartil	33	32	33
Mediana	41	41	41
3º quartil	51	50	50
Média	42	42	42
Desvio padrão	13	13	12

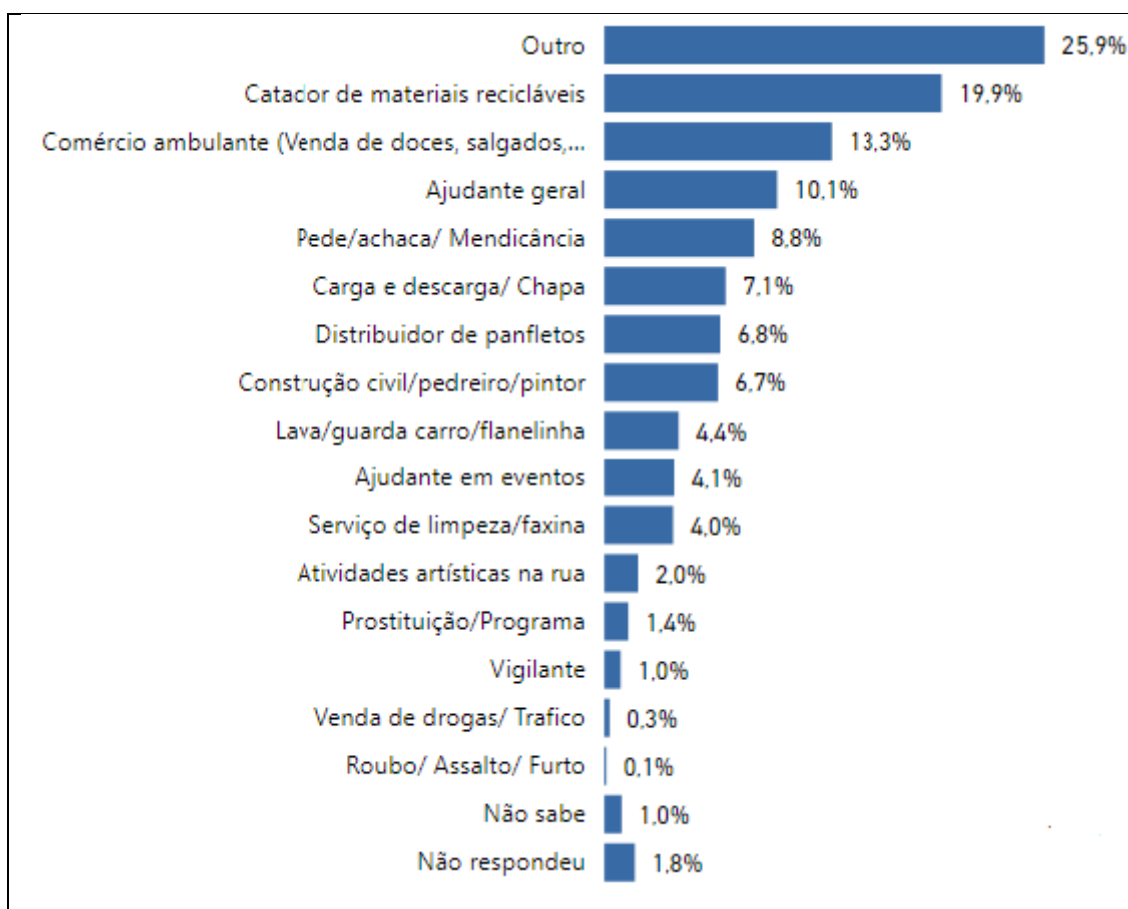
Fonte: SMADS.

Simultaneamente ao padrão encontrado para as variáveis cor, sexo e idade, os dados obtidos pelos levantamentos de 2015, 2019 e 2021 mostram que, no tocante à geração de renda monetária, há forte diversidade na busca de oportunidades de trabalho, dominada pelas atividades informais, veja Tabela 5 abaixo.

O conjunto de atividades informais abarca um diversificado conjunto de ocupações, mas é possível identificar, embora de forma imprecisa, algumas condições que permitem sistematizá-las. Assim, há um primeiro conjunto de atividades em que o trabalhador precisa ser pessoalmente escolhido para o desempenho das tarefas, assemelhando-se às relações de empregador-empregado no mercado de trabalho tradicional. São os trabalhos de vigilância, serviços de limpeza e faxina, de pedreiros e pintores na construção civil, e como ajudantes em atividades não regulares. Um segundo grupo de ocupações refere-se aos serviços de venda ou distribuição ambulante de produtos (água, doces, flores, panfletos), sendo necessário interagir com um “cliente” que compra ou recebe o produto. Há também um conjunto de atividades que estariam imediatamente disponíveis para quem se dispuser a exercê-las, as denominadas “independentes” pois, em certo sentido, não dependem de empregadores ou clientes. Algumas destas atividades caracterizam-se por não constituírem exatamente um serviço prestado ao indivíduo que entrega valores monetários como contrapartida, tais como a mendicância e o trabalho do guarda-carros ou flanelinha. Há, por fim, atividades que embora proibidas por lei são exercidas por um reduzido número de pessoas nas ruas.

A Tabela 5 descreve as ocupações declaradas pelas pessoas entrevistadas, perfil da população obtido em 2021. A análise das respostas permite associá-las, embora imperfeitamente, ao agrupamento de atividades proposto.

Tabela N° 5. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2021). Agrupamento das ocupações pelo vínculo de trabalho, respostas múltiplas



Fonte: SMADS.

A pesquisa realizada com as pessoas vivendo nas ruas da cidade de São Paulo levantou a renda monetária gerada pelas ocupações mencionadas. As informações correspondem ao conjunto de atividades realizadas no mês que antecedeu o levantamento e estão expressas como porcentagem do salário mínimo no Brasil e em dólares.¹

Tabela N° 6. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2021). Renda gerada pelas atividades de trabalho em salários-mínimos em reais e dólares

¹ O salário-mínimo em reais, na data de realização do levantamento, era de R\$ 1.238,00. No Brasil, por lei federal, o salário-mínimo é o menor salário que uma empresa pode pagar para um funcionário. No período do levantamento a relação real/dólar era de R\$ 5,5 por dólar.

Renda auferida como % Salário Mínimo	Dólares	%
Não teve renda	-	4
Até 0,22	[0 : 49,52)	21
De 0,23 até 0,44	[51,77 : 99,04)	18
De 0,45 até 0,88	[101,29 : 198,08)	22
De 0,89 até 1,77	[200,33 : 394,41)	16
De 1,78 até 2,66	[400,66 : 598,74)	3
Acima de 2,67	[600,99 ;)	2
Não sabe		11
Não respondeu		3
Total de pessoas que trabalham		100

Fonte: SMADS.

As informações sobre os valores monetários auferidos devem ser interpretadas com cautela. Embora sejam a única referência disponível para estimar sua distribuição, a diversidade de atividades informais exercidas pela mesma pessoa e a variabilidade das remunerações podem levar a declarações imprecisas. De toda forma, os dados levantados mostram aproximadamente 68% das pessoas que exercem atividades remuneradas nas ruas da cidade de São Paulo auferem, por mês, até um salário-mínimo. Pouco mais de 30%, obtiveram rendimento monetário superior a esse valor.

A renda monetária gerada pelas pessoas em situação de rua que trabalham possibilitou, segundo os entrevistados, atender algumas das suas necessidades pessoais, no processo de sua reprodução biológica e social. A Tabela 7 descreve o padrão das despesas realizadas.

Tabela N° 7. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2021). Despesas monetárias realizadas com a renda auferida pelo trabalho, respostas múltiplas

Itens despesas	% da renda auferida
Alimentação	64,9
Produtos higiene pessoal	45,6
Álcool e outras drogas	41,4
Remédios	24,1

Transporte (ônibus, metrô, trem)	18,6
Bebidas não alcoólicas	18
Outros	18,3
Não respondeu	4,7

Fonte: SMADS.

TEMPO DE RUA

O tempo de rua constitui condição relevante a ser examinada no âmbito da formulação de programas de geração de renda e emprego para as pessoas em situação de rua. Para análise dessa condição, torna-se necessário considerar informações sobre o tempo de rua das pessoas recenseadas em levantamentos censitários sucessivos.

Trabalho recente mostrou (Schor et ali., 2021) que um número considerável de pessoas sai das ruas da cidade de São Paulo até dois anos após sua chegada e, nesse mesmo intervalo de tempo, número superior de pessoas chega às ruas. Vale dizer, no intervalo de tempo entre a realização de levantamentos censitários consecutivos, o número total de pessoas recenseadas tem crescido, incluindo o saldo positivo do fluxo de entrada e saída das ruas. Os dados de 2021 mostram que cerca de 50% das pessoas que saem retornam às ruas. A inexistência de dados longitudinais impossibilita avaliação do período em que essas pessoas ficaram fora das ruas, ou seja, a duração dos *spells*.

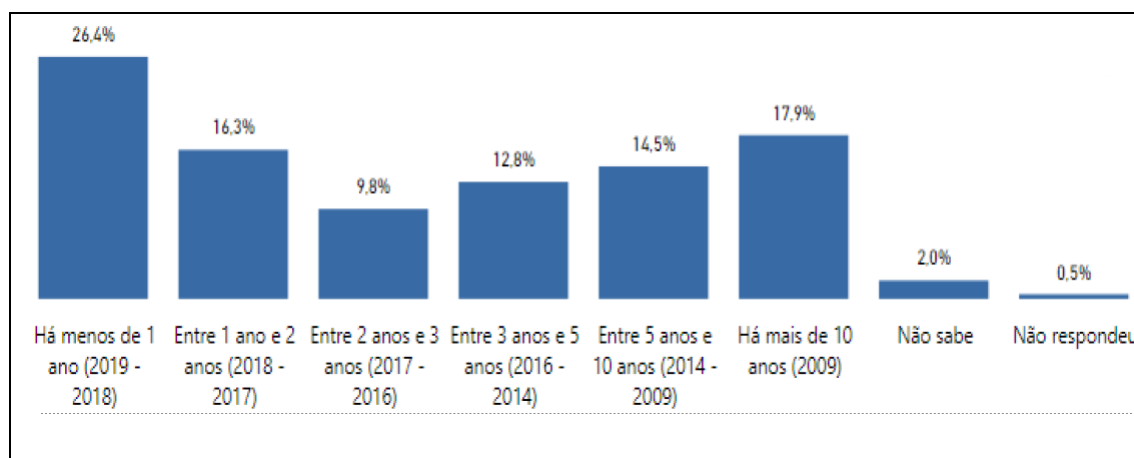
A afirmação de que pessoas saem das ruas resulta da estimativa do número de pessoas que sob a hipótese de terem permanecido nas ruas, nelas deveriam estar por um período no mínimo igual ao tempo transcorrido entre dois levantamentos censitários consecutivos. Os números obtidos nos levantamentos censitários consecutivos da população em situação de rua na cidade de São Paulo nos anos 2010 e 2015 esclarecem o raciocínio.

No levantamento censitário de 2010 foram encontradas 13.666 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Se todas tivessem permanecido na cidade e estivessem nas ruas ou em abrigos no momento da realização do censo em 2015, haveria pelo menos 13.666 pessoas com 5 ou mais anos de rua em 2015. No entanto, em 2015, foram encontradas apenas 5.031 pessoas com 5 ou mais anos de rua e, portanto, 8.635 pessoas não estavam mais presentes.

Surpreendente, a afirmação de que um conjunto de pessoas não mais se encontrava nas ruas entre 2010 e 2015 não deve ser tomada necessariamente como equivalente a reinserção em espaços institucionais. Vários são os possíveis motivos de não terem sido encontradas: mudança para outra cidade, morte, estadia temporária em formas alternativas de abrigo, entre outras. A estimada ordem de grandeza do grupo, entretanto, permite supor que pelo menos um subconjunto de pessoas superou, mesmo que temporariamente, a situação de rua e se reintegraram a espaços institucionais fora delas. A inexistência de dados longitudinais da população não permite, até o momento, avançar no conhecimento da questão.

A Tabela 8 apresenta os resultados da distribuição das pessoas recenseadas em 2021, pelo tempo em que se encontram nas ruas. A redução da proporção de pessoas nos dois primeiros anos é contínua até o segundo ano de chegada às ruas e foi igualmente verificada nos levantamentos censitários anteriores.

Tabela N° 8. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2021). Tempo de Rua



Fonte: SMADS.

O entendimento das condições que possibilitaram a saída das ruas exige que pesquisas longitudinais e levantamentos específicos sejam realizados. A percepção dominante, no âmbito das organizações sociais e mesmo em diferentes esferas de governo, é que a trajetória esperada levará a uma situação crônica de vida nas ruas. Os resultados encontrados não corroboram inteiramente essa expectativa.

O ponto central a ser entendido, assim, diz respeito às condições de trabalho que, na ausência de políticas públicas, participaram do conjunto de condições que levaram à

saída das ruas. Certamente outras condições podem estar presentes na saída das ruas, incluindo entre elas a volta para a família de origem, relações pessoais de naturezas diversas, recuperação de problemas de saúde e redução da dependência de substâncias químicas, entre outras. No conjunto, entretanto, é necessário que as possíveis alternativas citadas tragam associadas a elas condições de renda suficientes para atender as necessidades das pessoas que saem das ruas. A renda monetária poderá ser gerada por um membro da família, parceiro(a) em uma relação afetiva, ou outras possíveis situações. Persiste em todas as alternativas, entretanto, a disponibilidade de renda monetária indispensável para a saída das ruas. É possível desenhar programas de emprego e renda que maximizem esse resultado?

PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A diversidade do tempo de rua, as diferenciadas experiências de trabalho e ocupações nas ruas, as distintas condições de saúde e nos níveis de escolaridade e experiências progressas de trabalho sugerem que programas de geração de emprego e renda sejam modelados para diferentes grupos. Isso porque, a identificação dos grupos pode permitir que os programas contemplem características e condições específicas dos seus possíveis beneficiários, possibilitando ganhos de eficiência e, possivelmente, de equidade. Em que pese a necessidade de avanço do conhecimento sobre o trabalho nas ruas, algumas indicações sobre possíveis grupos de beneficiários podem ser sugeridas.

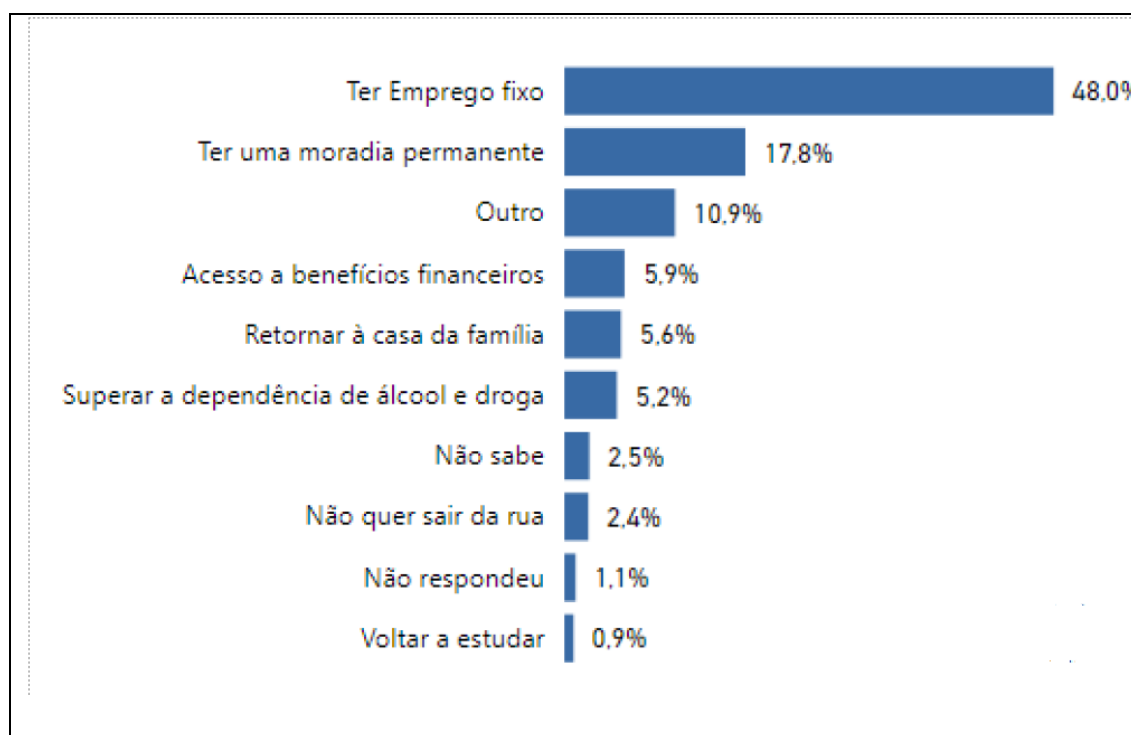
Três grupos de beneficiários podem ser pensados:

- Pessoas que trabalham nas ruas em ocupações diversas
- Pessoas que estão nas ruas há menos de dois anos
- Pessoas em condições crônicas de vida nas ruas

Os programas destinados às pessoas que trabalham nas ruas devem tentar capturar a diversidade das ocupações que vêm sendo realizadas e criar postos de trabalhos em convênios com empresas, programas públicos, organizações sociais religiosas e laicas. O programa, portanto, poderia ter seu eixo principal na criação dos postos de trabalho, mediando oferta de vagas de trabalho, onde as experiências das ocupações realizadas nas ruas fossem aproveitadas. Assim, a experiência progressa de trabalho e das ocupações nas ruas devem ser o elemento prioritário para a modelagem do programa, onde condições complementares como, por exemplo, idade

e sexo, estejam expressas na diversidade de postos de trabalho alternativos. De toda forma, na avaliação das pessoas que viviam nas ruas da cidade de São Paulo, em 2021, o trabalho remunerado constitui a condição mais relevante para saída das ruas.

Tabela N° 9. População em situação de rua. Cidade de São Paulo (2021). O que mais ajudaria a sair das ruas



Fonte: SMADS.

CONCLUSÕES

Um conjunto significativo de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo trabalha e obtém renda monetária como contrapartida às suas atividades. O montante de renda que conseguem é, para mais da metade dessas pessoas, inferior a um salário mínimo, insuficiente para adquirir os bens necessários para sua reprodução biológica e social. Entre esses bens, a moradia se destaca como condição indispensável para o abrigo e superação da vida nas ruas. As políticas públicas, mediadas pelas reivindicações dos movimentos sociais que representam essa população, identificam com clareza a necessidade do acesso à moradia e a necessidade de provisão mediante recursos públicos.

O reconhecimento da necessidade de provisão de moradia para as pessoas que vivem nas ruas, portanto, é questão fundamental para a elaboração e avaliação das políticas públicas para essa população. Partindo do pressuposto que o objetivo do conjunto de iniciativas públicas e das organizações sociais é reduzir o número dessa população, a pergunta que decorre pode ser assim formulada: obter a moradia significa saída das ruas?

O conjunto de informações disponibilizado pelos levantamentos sobre as pessoas que vivem nas ruas sugere que a sustentabilidade da moradia resultante de políticas públicas não pode prescindir da criação de programas de geração de renda e emprego. A obtenção de renda monetária é indispensável para suprir as necessidades que a vida diária exige, acrescidas das despesas que a manutenção da própria moradia ocasiona como, por exemplo, a conta de luz. A impossibilidade de geração da renda necessária torna seu morador dependente dos recursos públicos mediante, entre alternativas, programas de transferência de renda. O exemplo dos programas denominados, nem sempre corretamente em relação ao modelo original, de *Housing First*, justificam no Brasil, essa afirmação.

Programas de geração de renda e emprego são também necessários para maximizar as condições de saída das ruas, independentemente do acesso inicial à moradia. Sabemos agora, embora de forma bastante imprecisa, que na cidade de São Paulo, um conjunto não desprezível de pessoas que vivem nas ruas por menos de dois ou três anos consegue, por meios próprios, delas saírem. Sabemos, também, que parte desse grupo volta a viver nas ruas, embora as informações necessárias para conhecermos essas pessoas, o tempo em que ficaram fora das ruas e demais informações relevantes, não estejam disponíveis. Não temos estudos longitudinais que nos permitam conhecer os denominados *spells*.

Programas de geração de renda e emprego devem, portanto, serem formulados. Os eixos e referências para a modelagem dos programas devem ser estabelecidos, reconhecida sua importante participação na redução do número de pessoas que vivem nas ruas.

A modelagem dos programas não pode prescindir de algumas condições. A primeira delas, refere-se à necessidade de ampliar a base de informações sobre as condições e características das pessoas que já trabalham nas ruas: o que e como fazem, as relações de trabalho e, de inegável importância, as aptidões e habilidades para

trabalhar que se mantem ou se degradam com o passar do tempo nas ruas. Ou seja, realizar a investigação tendo o tempo de rua como referência essencial.

As conclusões e sugestões que derivam da análise aqui apresentada são, certamente, imprecisas, preliminares e redutoras das inúmeras combinações de características, possibilidades de desempenho, atributos e trajetórias até a ruas que das pessoas em situação de rua. De toda forma, pode se constituir em uma referência para programas que venham a reduzir o número de pessoas que, por permanecerem nas ruas durante vários anos, se tornam “moradores de rua crônicos”. O propósito é maximizar o número de pessoas que saem das ruas e reduzir o número daquelas identificadas, de forma imprecisa, como crônicas. As condições desse grupo, de suma relevância e apelo às condições de justiça social, devem ser analisadas por um quadro de referência próprio.

BIBLIOGRAFÍA

BRETHERTON, Joanne, y Pleace, Nicholas, “Is Work an Answer to Homelessness? Evaluating an Employment Programme for Homeless Adults”, en *European Journal of Homelessness*, vol. 13, N° 1, 2019, pp. 59-83.

LUSSI DE OLIVEIRA, Isabela Aparecida, Ricci, Thamy Eduarda y do Pinho, Roberta Justel, “Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua”, en *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, vol. 25, N° 4, 2017, pp. 779-793.

SMADS, “Censo 2021 da População em situação de rua-São Paulo”, 2021, Disponível: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWE4MTE5MGItZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ90> Acessado em: 14/04/2022

SMADS, “Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua São Paulo-SP”, 2019, <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzYzM4MDJmNTAtNzhIMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ90> Acessado em: 14/04/2022

SMADS, “Censo da População em Situação de Rua”, 2015-a, Disponível: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf Acessado em: 14/04/2022

SMADS, “Caracterização Socioeconômica da População Adulta”, 2015-b, http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0003.pdf Acessado em: 14/04/2022

SCHOR, Silvia Maria, Vieira, Maria Antonieta da Costa; Paiva, Henrique Bottura y Rigonatti, Eduardo, “Geração de Renda e Trabalho Remunerado na Cidade de São Paulo: a condição da população em situação de rua. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia Social (ALA), 2020.

SDCHOR, Silvia Maria, Artes, Rinaldo, Valls Pereira, Pedro Luiz y Rigonatti, Eduardo, “Size and Variation of São Paulo City Homeless Population”, en FEANTSA, 15^a European Conference, September, 2021.